



GT 012. Antropologia da Saúde e Direitos Humanos: políticas públicas e agenciamentos sociais em saúde

Sônia Weidner Maluf (PPGAS/UFSC) - Coordenador/a, Erica Quinaglia Silva (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Marcos Aurélio da Silva (Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso) - Debatedor/a, Jaqueline Teresinha Ferreira (Instituto de Estudos em Saúde Coletiva - UFRJ) - Debatedor/a, Sílvia Maria Ferreira Guimarães (DAN/UnB) - Debatedor/a

Antropologia da Saúde no Brasil, além de enfatizar questões clássicas da pesquisa etnográfica, com foco em práticas e saberes locais, tem se debruçado mais recentemente sobre as políticas públicas, o cotidiano dos serviços e das instituições, buscando compreendê-las a partir do Estado "visto de baixo", o que envolve também os saberes técnico-científicos que sustentam essas políticas. A convergência dessas diferentes perspectivas potencializa a pesquisa etnográfica, sobretudo quando feita no que podemos denominar de zona de confluência entre práticas do Estado e políticas públicas, de um lado, e sujeitos sociais, práticas e saberes locais, de outro, em um contexto em que o tema dos direitos humanos, e da saúde como direito humano que deve contemplar as especificidades sócio-econômico-culturais dos sujeitos, comunidades e populações, torna-se central. A proposta do GT pretende, a partir de diferentes perspectivas etnográficas, proporcionar um espaço de reflexão sobre a relação entre Antropologia da Saúde e Direitos Humanos, em um contexto em que de modo geral há um retrocesso nos direitos e na democracia no país, particularmente nas políticas públicas de saúde, com o corte nos orçamentos e mudanças substantivas nos princípios que sustentam o Sistema Único de Saúde e as políticas de saúde mental no país. A articulação de diferentes abordagens etnográficas visa pensar os desafios e os diálogos possíveis entre a Antropologia, Estado e Direitos Humanos no campo da saúde.

Loucura e ressocialização: o modelo de atendimento às pessoas com transtornos mentais na República Terapêutica de Passagem (RTP) e o direito à saúde mental

Autoria: Patrícia Queiroz Freitas

A perspectiva organicista, que encara a loucura como efeito de um distúrbio fisiológico, e psicofuncional, que a entende como uma desorganização da personalidade é insuficiente para contemplar a história e os desdobramentos desse conceito. Na visão antropológica, para além de uma suposta localização no corpo ou na mente, entende-se a loucura a partir de uma conexão relacional com a realidade: é um estado que se contrapõe ao ideal de normalidade. Em função desse afastamento das normas, pessoas que violam o código penal em situação de sofrimento mental são tidas como loucas e enclausuradas em manicômios judiciários. São, então, desumanizadas e têm seus corpos estigmatizados pela cultura da normalidade. A mudança dessa realidade, bem como a garantia dos direitos humanos de pacientes egressos do Hospital Geral Penitenciário (HGP) no estado do Pará, visa a estabelecer modelos substitutivos de internação, como preconiza a reforma psiquiátrica no Brasil. Observar a trajetória de violação desses pacientes é entender a necessidade de estabelecer modelos de ressocialização que fortaleçam os serviços residenciais terapêuticos, os centros de atenção psicossocial, entre outros serviços que propõem o resgate da autonomia e da dignidade humana, medidas de auxílio psicossocial e socioassistencial. A Lei 10.216/2001, que dispõe sobre os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, é a garantia institucional principal para fomentar esse debate dentro do campo da justiça e dos direitos humanos.



Especificamente a República Terapêutica de Passagem aproxima-se do que é legalmente preconizado ao oferecer um serviço substitutivo à internação no já citado HGP e proporcionar uma digna reinserção social de uma população negligenciada pela execução penal que impossibilita, com retrocessos na política de saúde mental, o pleno desenvolvimento de ações decisivas para o benefício da coletividade.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

